

Programa de Compliance Público gera economia de R\$ 809 milhões



Gestão estadual, em 2020, mesmo com pandemia, reduziu em 8% despesas correntes, fazendo de Goiás único estado brasileiro a alcançar este resultado. Estratégias de baixo custo, coordenadas pela Controladoria Geral do Estado, têm mais de 1.300 ações em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos.

O Programa de Compliance Público do Governo de Goiás (PCP), coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), gerou uma economia de R\$ 809 milhões na aquisição de bens e serviços, de um total de R\$ 13,6 bilhões fiscalizados na atual gestão. O resultado mais visível da implantação é a melhoria da situação fiscal. Em 2020, mesmo com a pandemia, a administração estadual reduziu em 8% as despesas correntes, fazendo de Goiás o único estado brasileiro a alcançar este resultado.

A qualificação, particularmente por meio da gestão de riscos, um dos quatro eixos do programa, colaborou diretamente com os números. Instituído pelo governador Ronaldo Caiado em fevereiro de 2019, por meio do decreto 9.406, com menos de dois meses de administração, o PCP é, atualmente, um dos maiores programas de integridade em execução entre os estados brasileiros.

A atuação da CGE resultou em sugestões e recomendações acatadas pelos órgãos estaduais que geraram uma economia potencial. Foram R\$ 199 milhões em

2019, de R\$ 1,7 bilhão inspecionado pelo órgão; R\$ 499 milhões em 2020, em R\$ 7,6 bilhões fiscalizados; e R\$ 111 milhões até junho/2021, de um total de R\$ 4,3 bilhões.

A evolução da implementação do PCP no Estado de Goiás se orienta e é garantida por meio de um ranking anual realizado pela CGE, que avalia o desempenho de todos os órgãos no programa. No primeiro ano, 21 órgãos participaram da disputa, ampliado para 38 em 2020. Já em 2021, são 44 entidades participantes.

Serão avaliados, até o final do ano, 16 quesitos de pontuação, tais como a capacidade de gerenciamento de riscos, a qualidade dos dados apresentados nos portais de transparência e a capacitação de servidores nos quatro eixos do programa (cerca de 5 mil servidores já foram capacitados), entre outros.

Baixo custo

Um dos aspectos mais relevantes da implementação do PCP é seu baixo custo. A metodologia e a implementação do programa foram desenvolvidas pelo

governo estadual com base nos recursos humanos e administrativos já disponíveis e não demandaram orçamento específico para execução.

A atividade de gestão de riscos identificou até o momento 1.435 riscos com objetivos institucionais dos diversos órgãos, com 2.457 ações de controle aprovadas, das quais 1.319 estão em execução e são continuamente monitoradas para garantir os resultados esperados.

Na gestão de riscos, entre diversos outros resultados levantados pela CGE, um dos que podem ser citados é a melhoria da capacidade de resposta às manifestações formuladas pelo cidadão no Sistema de Ouvidorias do Estado, que caiu de um tempo médio de resposta de 14 dias em 2018 para 7 dias atualmente, apesar do aumento do número de manifestações em 2020 e 2021. Atualmente, o índice de resolatividade do Sistema de Ouvidoria é de 64%.

A adoção do Termo de Ajuste de Conduta, aplicável em processos disciplinares com faltas de menor gravidade, resultou na adesão inicial de 31 servidores. Além da economia de valores que poderiam ter alcançado até R\$ 3 milhões, caso os processos tivessem que ser tocados, a medida colabora sensivelmente para a saúde emocional dos servidores envolvidos e de seu ambiente de trabalho.

Foi instituído também o novo Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração do Poder Executivo estadual, por meio do Decreto 9.387/2021, que inova por ser essencialmente propositivo, substituindo a tradicional lista de comportamentos e posturas proibidas por valores a serem assimilados pelos servidores, particularmente para a tomada de decisão no exercício da gestão pública. Quanto aos comportamentos e posturas esperadas, tais orientações foram extraídas de consulta pública enviada a mais de 36.000 cidadãos.

Estudo de mestrado avaliará o Sistema de Gestão de Ouvidoria de Goiás

Os cidadãos goianos são o centro dos esforços para o avanço da política de ouvidoria do Governo de Goiás. Assim, ninguém melhor que a própria sociedade para auxiliar no processo constante de evolução do modelo de gestão das ouvidorias adotado pelo Estado, tendo em vista o atendimento simples, rápido e resolutivo ao cidadão. Foi com esse objetivo que o engenheiro da computação, Marcel Lucca Cordeiro Magalhães, procurou a Controladoria-Geral do Estado (CGE) e acertou parceria para desenvolver um estudo acadêmico.

O engenheiro, que já trabalhou na ouvidoria de outro estado, elegeu essa área da administração goiana como o objeto de seu mestrado de Administração Pública, no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Com orientação do professor Pedro Lucas de Moura Palotti, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), conduzirão um estudo que diagnosticará a efetividade do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Estado de Goiás no fomento ao controle social e na promoção da responsabilidade com ética.

Com dados produzidos pelo Sistema de Ouvidoria e repassados ao estudo científico, serão analisados diferentes aspectos dessa política pública, iniciando pela realização de uma enquete com os ouvidores dos órgãos estaduais para investigar o perfil das ouvidorias setoriais



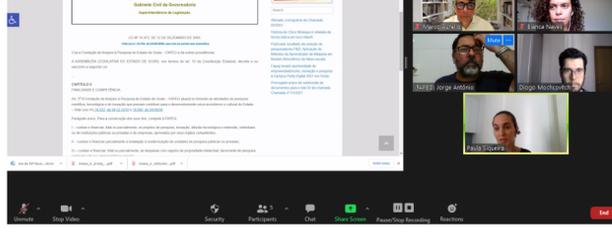
Pós-graduados conduzirão trabalho que diagnosticará efetividade do Sistema de Ouvidoria do Governo de Goiás e perfil dos usuários

que compõem o sistema e identificar quais os tipos de problemas que mais chegam nessas unidades. Além disso, os perfis dos usuários do sistema serão comparados com o perfil da população de Goiás para verificar se a política tem sido mais utilizada por determinados estratos da sociedade do que por outros.

Os assuntos mais frequentes das demandas da população também serão objeto de estudo do trabalho de mestrado, que levará em conta as medidas impostas

pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e pela Lei de Acesso à Informação, de forma que a identidade dos manifestantes não será exposta. Segundo o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, após concluído, o trabalho de mestrado será repassado à CGE, que poderá utilizar os resultados e as análises como direcionamento na melhoria do serviço.

Portais de transparência dos órgãos estaduais recebem consultoria da CGE



Atividade faz parte da edição 2021 do Prêmio Goiás Mais Transparente. É determinação do governador Ronaldo Caiado que portais do Estado atinjam grau de excelência em transparência, para que a sociedade tenha acesso a todos os dados referentes à gestão

Desenvolvimento e Inovação (Sedi) – com o objetivo de apresentar a Portaria Conjunta CGE/TCE, que institui as metodologias utilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e pela CGE para avaliação da transparência ativa e passiva dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual.

Todos os portais de transparência do governo estadual apresentam a mesma estrutura e disposição dos dados para facilitar e garantir o controle social sobre as informações da administração. A consultoria da CGE serve também para a preparação final desses 50 portais para o 3º Prêmio Goiás Mais Transparente, realizado em parceria pelo Governo de Goiás e Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O objetivo do prêmio é estimular o aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e passiva, por meio do atendimento das exigências legais e das me-

lhores práticas de entrega de informações para a sociedade. Visa também reconhecer os esforços dos participantes em possibilitar que a transparência seja um caminho para o fortalecimento do controle social e para a melhoria da gestão pública, com o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão goiano.

Avaliação

Em setembro e outubro, equipes da CGE e do TCE farão a avaliação dos portais de transparência, que devem atender detalhadamente à metodologia do prêmio em relação ao padrão e à existência e apresentação dos dados. No início de dezembro, durante a semana internacional de combate à corrupção, será divulgado o resultado geral, com premiação dos melhores classificados.

Os órgãos também receberão certificados e selos referentes ao desempenho. Categoria Ouro – Excelência em Transparência para quem atingir entre 90 e 100 pontos; Categoria Prata para pontuação entre 80 e 89,9; e Categoria Bronze para quem fizer de 70 a 79,9 pontos.

Na edição do ano passado, 83% dos órgãos avaliados alcançaram a Categoria Ouro – Excelência em Transparência. A meta da edição 2021, com o trabalho de consultoria individualizada, é chegar próximo de 100% dos participantes premiados nessa categoria.

[Clique aqui para acessar o regulamento e demais informações do Prêmio Goiás Mais Transparente.](#)

Projeto Estudantes de Atitude poderá ser implementado nas escolas municipais do Rio de Janeiro

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), por meio da Subcontroladoria de Governo Aberto e Participação Cidadã, apresentou, em videoconferência, o projeto Estudantes de Atitude a integrantes da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Eduardo Vasconcelos Goyanna Filho e Daniel Tenório. A intenção é replicar o projeto, adequando-o à realidade carioca.

Eduardo Vasconcelos pontuou que o Estudantes de Atitude “é um ícone de sucesso no Brasil”, que merece ser replicado em outras cidades. No caso do Rio de Janeiro, um dos principais problemas enfrentados, segundo o assessor, é o vandalismo e o furto nas escolas, que provocam elevados gastos de manutenção e até paralisação de atividades.

O subcontrolador de Governo Aberto e Participação Cidadã, Diego Ramalho Freitas, e a gerente de Controle Social, Marjorie Lynn Nogueira Santos, apresentaram o projeto do Governo de Goiás e suas principais fases, demonstrando o sucesso de sua execução e os resultados alcançados junto a diretores, professores, alunos e comunidade escolar da rede pública estadual.

Para Diego Ramalho, o que mais



Reunião entre assessores da Secretaria Municipal da Educação do Rio de Janeiro e integrantes da Controladoria-Geral do Estado de Goiás para conhecer a metodologia do projeto

chamou a atenção foi a mudança de comportamento dos professores e estudantes que participaram do projeto, já que “muitos olhavam para a escola, mas não a enxergavam. Após participarem do Estudantes de Atitude, eles passaram a enxergar a escola e como suas ações tinham impacto”, avaliou.

Marjorie destacou a mudança no comportamento dos alunos, que desenvolveram aspectos de liderança, preo-

cupação com o espaço escolar e com sua manutenção, entre outros aspectos.

Após diretirmos diversos pontos sobre a metodologia, os assessores cariocas agradeceram à parceria da CGE, cujos gestores se colocaram à disposição para maior colaboração, inclusive tendo encaminhado antecipadamente ao Rio de Janeiro toda a documentação do projeto.

Mais de 90% dos servidores da CGE estão satisfeitos com canais de comunicação do órgão

A Comunicação Setorial da Controladoria-Geral do Estado (CGE) concluiu a análise dos dados da pesquisa de satisfação realizada com os servidores do órgão sobre os canais de comunicação, realizada no período de 1º a 14 de julho. O objetivo é ter uma maior assertividade das ações e avaliar a efetividade das ferramentas de trabalho disponíveis.

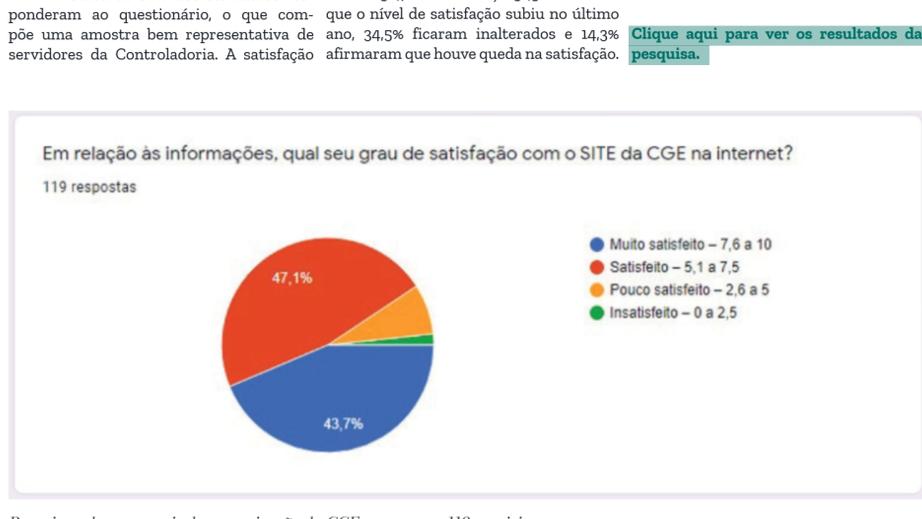
Cerca de 60% dos servidores responderam ao questionário, o que compõe uma amostra representativa de servidores da Controladoria. A satisfação

geral dos participantes em relação às informações divulgadas no site CGE está em 90,8%, sendo 43,7% muito satisfeitos e 47,1% satisfeitos. O resultado é quase o mesmo quando consultados sobre as informações na intranet, com 89,9% satisfeitos ou muito satisfeitos.

O nível de satisfação em trabalhar na CGE foi de 95% (56,3% muito satisfeitos e 38,7% satisfeitos) e 51,3% disseram que o nível de satisfação subiu no último ano, 34,5% ficaram inalterados e 14,3% afirmaram que houve queda na satisfação.

Essa foi a terceira pesquisa sobre a área de comunicação realizada na atual gestão e os índices de satisfação têm aumentado a cada ano. Os resultados gerados e as sugestões que foram apresentadas pelos servidores devem abrir caminhos para novos insights. Com as informações em mãos, é possível identificar pontos de melhoria, oportunidades e falhas.

[Clique aqui para ver os resultados da pesquisa.](#)



Pesquisa sobre os canais de comunicação da CGE contou com 119 participantes

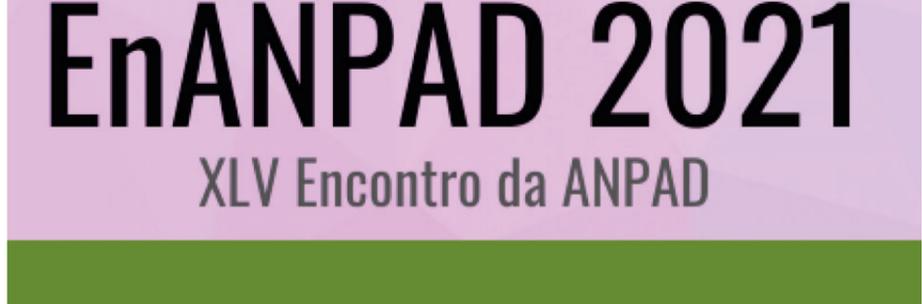
Caso de sucesso da CGE sobre incentivo à cidadania é selecionado para evento nacional

Artigo científico sobre projetos do Governo de Goiás desenvolvidos pela Controladoria-Geral do Estado e voltados à disseminação da cidadania e do controle social será apresentado no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD 2021), realizado de 4 a 8 de outubro. Intitulado “Aplicação de Ativos Cívicos para Fortalecimento da Cidadania: O Caso

do Ecossistema de Participação Cidadã no Estado de Goiás”, o artigo ocorreu com centenas de outros de todo o País e foi aprovado pela comissão julgadora do evento.

O material apresenta como o Governo de Goiás tem desenvolvido um ecossistema de participação cidadã, atuando atualmente pelos projetos Estudantes de Atitude, Agentes da Cidadania

e Embaixadores da Cidadania. O objetivo é criar uma rede de interação, onde os projetos e seus participantes estejam interligados e interajam para a criação de uma cultura de participação política consistente no Estado de Goiás. O tema geral do EnANPAD 2021 é Desigualdade & Diversidade: Pensando Organizações e Diversidades Inclusivas.



EXPEDIENTE

Edição: Rodrigo Nunes Leles | Textos: Comunicação Setorial da CGE

Identidade visual e diagramação: Maria Luz Carvalho